

Miopia e vexame em Paris. Opinião de Bresser.

A renegociação da dívida externa feita com o Clube de Paris acabou provocando polêmicas. Pelo menos entre os economistas que participaram da palestra realizada ontem à tarde na Unicamp, no Seminário Brasil — Século XXI. O ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo, classificou o acordo como "um escândalo", porque, segundo disse, o Brasil não pode continuar a transferir recursos reais para o Exterior, num momento em que os próprios credores examinam diversas propostas de redução da dívida externa de todo o Terceiro Mundo.

Bresser Pereira explicou ainda que existe uma proposta do American Express Bank, endossada pelo Japão e por outros credores, para a criação de uma instituição internacional que compraria a dívida dos bancos privados, num total de cerca de US\$ 260 bilhões. Segundo o ex-ministro, essa dívida seria trocada por títulos emitidos pela instituição e lastreados em um fundo de US\$ 10 a 20 bilhões, que garantiria eventuais não-pagamentos dos devedores. Assim, seria possível transferir-lhes uma parte do deságio existente sobre a dívida, numa porcentagem que variaria de acordo com a situação particular de cada país.

Bresser Pereira também lamentou a "miopia das elites brasileiras", que querem pagar a dívida a todo custo e julgam a moratória "vexaminosa". O ex-ministro propôs que o Brasil pague apenas 60% de sua dívida externa, com juros menores, forçando assim os credores a negociar em seguida.

Outro que não gostou do acordo feito pelo ministro Mailson da Nóbrega foi Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-assessor do ex-ministro Dílson Funaro. Qualificando a renegociação como "muito ruim, por não restituir o financiamento necessário ao setor público", Belluzzo explicou que "foi este setor que ficou com o 'mico' na mão durante a crise da dívida, já que o privado ajustou-se às suas custas". Belluzzo ponderou ainda que a solução para a dívida externa precisa ser entendida pelo ângulo político, o que possibilitaria que o setor público se tornasse novamente superavitário. "Caso contrário, teremos um choque fiscal cavalar que a sociedade não aceita e que acabaria transferindo recursos apenas para os rentistas", disse.

O único a discordar dessas avaliações foi o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira. Em entrevista concedida durante um dos intervalos do seminário, ele elogiou o acordo com o Clube de Paris e acrescentou que "falta apenas a adesão da massa crítica" (os bancos privados), que deve ser conseguida até o final de agosto. Marcílio ressaltou que

os credores estão confiantes na política econômica de Mailson da Nóbrega, que goza de mais credibilidade no Exterior do que o próprio País. Quanto à conjuntura política, os credores acompanham os acontecimentos, mas não se mostram preocupados com seus possíveis desdobramentos.

Ceticismo

Sem criticar abertamente a atual negociação da dívida brasileira, o economista Adroaldo Moura da Silva, ex-vice-presidente do Banco do Brasil, mostrou-se cético quanto aos atuais mecanismos de redução da dívida. A seu ver, a conversão informal, realizada no ano passado, pagou US\$ 2 bilhões em função do deságio existente no mercado secundário. Mas essa vantagem aparente embute uma armadilha, pois o deságio tende a diminuir à medida em que melhora a situação externa do País. O mesmo ocorre com os leilões de conversão de dívida: na prática, eles significam um pré-pagamento da dívida, em cruzados, o que tira a margem de manobra de política monetária do governo.

"Na realidade, nem a moratória integral é uma precondição para garantir o crescimento econômico e a acumulação de capital a médio e longo prazo", afirmou Adroaldo, que prefere "negociar a não negociar". A negociação tem mudado recentemente, depois do susto representado pela moratória brasileira em 1987. Além disso, o crescimento do mercado secundário da dívida e as reservas constituídas pelos bancos estrangeiros contra os devedores alteraram o quadro de negociação. "Sem moratória, é possível chegar a um consenso e fazer com que as agências oficiais concedam mais ajuda aos devedores viáveis. Mas o Brasil precisa resolver sua inflação e reorganizar sua economia para ter maiores possibilidades de sucesso. Nem todas as dificuldades podem ser atribuídas à dívida externa", finalizou o economista.

Não foi essa a posição defendida pelo ex-ministro Dílson Funaro, que presidiu os debates sobre a dívida externa. Ele afirmou que negociar a dívida no final do século XX é diferente do século XXI e que toda negociação deve ter como objetivo a saída da crise, "e não conviver com ela, a exemplo do acordo que foi feito agora". Para Funaro, o maior erro do Brasil foi mudar sua estratégia de renegociação, embora o próximo governo possa vir a fazê-lo se julgar necessário. "Sem solução para a dívida externa, não podemos definir nossa política econômica", declarou o ex-ministro, pregando um novo choque nos moldes do Plano Cruzeiro e elogiando a nova tentativa que está sendo feita atualmente pela Argentina.